



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681275 - SP (2021/0225857-4)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : RENAN CESAR BALBO
ADVOGADO : RENAN CÉSAR BALBO - SP406541
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS HENRIQUE ROSSI FORTUNATO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS HENRIQUE ROSSI FORTUNATO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2135268-60.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em decorrência de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta o impetrante a ausência de requisitos autorizados da prisão cautelar, haja vista que não está demonstrado que a liberdade do ora paciente importaria risco para a ordem pública, para instrução processual ou para a aplicação da lei penal. Tampouco a alegação de gravidade do delito de tráfico serviria para embasar a imposição da medida extrema. Pondera que, em caso de eventual condenação, o ora paciente poderá, inclusive, ter fixado regime aberto para o cumprimento da pena, sendo desproporcional, portanto, ser mantido em custódia cautelar.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente